

REVISTA di... FUSÃO

D A S P

DIRETÓRIO ACADÊMICO

SOCIOLOGIA E POLÍTICA

Í N D I C E

	2	EDITORIAL
H I S T Ó R I A	4	ODILON N. MATOS Alguns Aspectos da Evolução da História riografia
ANTROPOLOGIA	14	ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA Indigenismo ou Colonialismo ?
P O L Í T I C A	20	EVALDO AMARO VIEIRA Estudo sobre a atitude conservadora: Três momentos.
SOCIOLOGIA	30	CLÁUDIO ARANTES Classes Sociais e Capitalismo Monopó lista
PROBLEMAS SOCIAIS E POLÍTICOS	35	FRANCISCO C. WEFFORT Estados e Massas no Brasil
L I V R O S	49	OCTÁVIO IANNI Sociologia da Sociologia Latino-Ameri cana. (Por Marco Aurélio Nogueira)
	52	ANIBAL QUIJANO OBREGÓN Nacionalismo, Neo-Imperialismo y Mili tarismo em El Peru (Por Diana A. Cunha)

PUBLICAÇÃO PERIÓDICA DO DEPARTAMENTO
DE IMPRENSA

D A S P - ANO II - Nº 5 - 1972

ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE
SÃO PAULO

Rua Gal. Jardim, 522 - Tel.: 256-8792

INDIGENISMOOU COLONIALISMO ?

Roberto Cardoso de Oliveira

Antropólogo social, diretor da Divisão de Antropologia do Museu Nacional (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e chefe de Pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq). Autor dos livros O Processo de Assimilação dos Terena (1960), O Índio e o Mundo dos Brancos (1964) e Urbanização e Tribalismo (1968). Artigo extraído da RCB nº 19/20 - Maio-Agosto 1968.

INTRODUÇÃO

Mais adequado do que tratar do "desenvolvimento" dos silvícolas brasileiros seria falar de sua "sobrevivência", isto é, das condições de vida de populações indígenas inseridas em diferentes situações de contato interétnico e de sua variada reação ao domínio da sociedade nacional. Em outras palavras, tratar-se-ia de examinar as questões propostas pelo temário desta Secção, a saber, "Indígenas de Áreas Ecológicas Especializadas", particularmente o item referente ao "Desenvolvimento dos Grupos Silvícolas", segundo uma perspectiva concebida em termos da existência de sistemas regionais de do

minação e de seus concomitantes sócio-econômicos. Por essa razão, mais do que devido a fatores ecológicos, especificamente naturais - como a selva, o cerrado ou o pantanal -, esses sistemas regionais de dominação, social e economicamente caracterizados, é que seriam os condicionantes da sobrevivência da população indígena e do processo de seu desenvolvimento. Não será entretanto, neste trabalho que se fará a discussão teórica do problema nem mesmo da metodologia pertinente. Num ensaio que denominamos "Problemas e hipóteses relativos à fricção interétnica" e que América Indígena acaba de

publicar (XXVIII, nº 2, 1968), esse assunto foi tratado, se bem que de uma maneira bastante preliminar. Agora, de vemos limitar esta explanação a algumas considerações tendentes a caracterizar a situação dos grupos silvícolas, para, em seguida e obedecendo na medida do possível a orientação do temário desta secção, discutir a questão do desenvolvimento econômico, o que é significativo e quais os seus condicionantes sócio-culturais.

CARACTERÍSTICA DA SITUAÇÃO DOS SILVÍCOLAS

A caracterização que frequentemente se faz dos grupos silvícolas, como possuidores de uma cultura de tipo neolítico, dependentes, portanto, de uma tecnologia extremamente rudimentar, não parece ser suficiente para nos ajudar a compreender as condições de existência dessas populações, os seus diferentes níveis de sobrevivência - física e cultural - e sua diferenciada possibilidade de lograr o desenvolvimento econômico e social. A presença de uma sociedade envolvente, de tipo "ocidental", quaisquer que sejam seus segmentos regionais, marca a grande maioria desses grupos com certos traços que de secundários, inicialmente, passam gradativamente a características essenciais dos grupos indígenas submetidos ao contato interétnico. Em linhas gerais, essas características são as seguintes: perda de autonomia tribal, relativa dependência econômica (especificamente no que se refere ao suprimento de suas necessidades de utensílios industrializados), redução no mais das vezes drásticas de seu território e diferentes formas de processos sócio-páticos emergentes. Tais características, se bem que marquem o conjunto dos grupos silvícolas em conjunção interétnica, o fazem de modo desigual em termos de intensidade e, conseqüentemente, com maior ou menor virulência. Isentos dessas características estariam apenas grupos que poderíamos chamar de "isolados" e que não representam mais de 26% da totalidade dos grupos indígenas atualmente existentes. Em regra, esses grupos mantêm sua autonomia tribal, independência econômica absoluta, razoável controle, de seu território (embora o espaço fi-

sico para incursões tenha sido muitas vezes bastante reduzido) e, finalmente, ausência de processos sócio-páticos originários da situação de contato interétnico sistemático. Os diferentes conjuntos de características indicam duas categorias de grupos indígenas: a categoria dos que vivem em conjunção com a sociedade nacional e a categoria dos que dela se acham apartados. Em consequência de compulsões de várias ordens (históricas e estruturais), a primeira categoria tende a abranger progressivamente, no correr do tempo um número maior de grupos silvícolas, que vão sendo integrados em sistemas interétnicos. Isso quer dizer que a partir do momento em que as relações entre índios e regionais passam a ser a expressão dos sistemas TRIBAL e NACIONAL em interação, ou, em outras palavras, quando ambos os sistemas se tornam componentes estruturais (subsistemas) de um sistema interétnico inclusivo, então podemos dizer que os grupos - indígena e regional - em contato formam uma unidade para a investigação. Excluem-se dessa categoria apenas os grupos "isolados" (hostis ou arredios), tais como os Guajá do Maranhão, os Parakanã do baixo Tocantins, no Pará, os vários grupos Ianonâma ou Waiká da região entre o rio Negro e o rio Branco, no Estado do Amazonas e Território de Roraima, os Makú-Puinave do Japurá e os "Makús" do rio Negro, no Amazonas, e os grupos Máku do Urariçuera, no Roraima, os Kabixi e Pakanova do alto Madeira, no Território de Rondônia, os Boca-Negras, Tapayuna e Arigpagtsá do rio Juruena, no Estado de Mato Grosso, alguns grupos Cayapó do médio Xingú no mesmo Estado, e, para concluir essa breve lista ilustrativa, remanescentes Nambikuára - como os Galera, Sabonês e Sararê - situados a noroeste de Mato Grosso, próximos à fronteira com o território de Rondônia e a Bolívia. Grupos como os do alto Xingú, em Mato Grosso, os Muku-dani, do rio Juruá, no Estado do Amazonas, os diversos grupos Tirió, do rio Trombetas, no Estado do Pará, ou os Jurúna do Xingú, em Mato Grosso, não podem ser considerados nem hostis, nem arredios, mantendo-se isolados ou não integrados em sistemas interétnicos por força da ação de condições ecológicas específicas que os tornam pouco aces-

síveis à penetração da sociedade nacional. Todos esses grupos mencionados formam a categoria para a qual, na falta de melhor nome, conservamos a denominação corrente de "isolados". Quanto à categoria dos "inseridos" em sistemas interétnicos, devemos reconhecer as diferentes escalas dessa inserção, o que equivale dizer de integração do sistema interétnico. Malgrado essas diferenças de grau, que sempre poderão ser consideradas, para efeito descritivo ou analítico em termos de sistemas constituídos ou em processos de constituição, os grupos desta categoria majoritária não deverão ser investigados sem a apreciação simultânea da sociedade brasileira, regional. Com referência ao problema do desenvolvimento, são os silvícolas dessa categoria que exigem nossa especial atenção.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SITUAÇÃO DE CONTATO

Se dividirmos a sociedade brasileira em áreas definidas pela magnitude de suas produções industriais (tomadas experimentalmente como indicadores de "desenvolvimento"), teríamos duas categorias de áreas: as de produção alta e as de produção baixa. A maioria das de alta produção estariam na região do sul do País e/ou próximas das capitais dos Estados. Os grupos silvícolas localizados nas áreas dessa primeira categoria, considerados "isolados", não vão além daqueles situados na região do Rio Negro, no Amazonas, os aludidos grupos Ianonâma, também conhecidos por Xirianá, ou Waiká, e os Xetá da serra dos Dourados, no Estado do Paraná; os primeiros somam pouco mais de uma dezena de grupos, enquanto os Xetá não vão além de um pequeno bando de índios caçadores e coletores em vias de extinção. O "desenvolvimento" de ambas as regiões - a dos Xetá, no sul, e a dos Ianonâma, ao norte amazônico - é equívoco, uma vez que tanto a área ocupada pelos Xetá quanto as ocupadas pelos Ianonâma se encontram marginalizadas da economia regional: - a dos Xetá, um nicho serrano que surpreendentemente permaneceu intocado pela sociedade nacional até 1956; a dos Ianonâma, muito afastada do contato com regionais, mas parte da grande "zona fisiográfica" denominada Rio Negro,

da qual faz parte a cidade de Manaus. Esses grupos, em seus conjuntos, incluídos em "zonas fisiográficas" de "alta produção industrial", constituem casos "desvios", singulares, indicando as limitações dos indicadores e da metodologia adotada e que pudemos expor no ensaio já mencionado. Contudo, mesmo se se tomar por válida a inclusão desses grupos em áreas "desenvolvidas", verificaremos que essas duas áreas não representam mais do que 11% das áreas "desenvolvidas" e possuidoras de populações indígenas, isto é, 18 "zonas fisiográficas".

Já com relação às áreas "subdesenvolvidas", ou de baixa produção industrial, retratadas em 36 "zonas fisiográficas", também habitadas por população indígena, 14 delas, i.e. 39%, possuem grupos silvícolas isolados. A comparação dos percentuais é sugestiva, pois nos indica que os grupos isolados com parecem em maior número nas zonas consideradas subdesenvolvidas, como, aliás, seria de se esperar. Por outro lado, essas áreas subdesenvolvidas, independentemente do tipo de população indígena nelas localizadas, estão maciçamente representadas nas regiões de economia extrativa, vegetal, abrangendo quase toda a bacia amazônica. A economia de tipo pastoril vem em segundo lugar, cobrindo a área mais interiorana, não-industrializada, do nordeste brasileiro, incluindo-se regiões da Bahia e de Minas Gerais, mais os campos do Território de Raraima, ocupados preponderantemente por remanescentes Makuxi. E mesmo na região sul do país, onde a indústria, a agricultura e a pecuária sustentam uma economia bastante desenvolvida (relativamente ao conjunto da economia brasileira), registram-se alguns bolsões caracteristicamente subdesenvolvidos, como o litoral do Estado de São Paulo, lugar em que ainda se encontram remanescentes Guarani, e a região do alto Ivaí no Estado do Paraná, onde se acham índios Kaingáng. Essas zonas subdesenvolvidas, consideradas em sua totalidade, ou constituem áreas ainda não desbravadas pela sociedade nacional onde, portanto, a população indígena ainda não foi alcançada e, por esse motivo, permanece incólume ao contato interétnico; ou já o foi, e, nesse caso, tende a se encon

trar em condições das mais desfavoráveis relativamente à sua sobrevivência. Ao que parece - e isso já discutimos noutra lugar - a maior probabilidade de sobrevivência desses grupos, bem como o usufruto de melhores condições de vida, estão em função do nível de desenvolvimento regional.

Esta hipótese, basicamente, está amparada em duas ordens de reflexões: a primeira delas refere-se à evidência de que ultrapassada a difícil fase dos primeiros contatos com representantes da sociedade nacional e considerando-se o fato de que mais do que a guerra e a chacina são as epidemias as responsáveis pela depopulação tribal, os grupos indígenas sobreviventes dependerão progressivamente dos recursos econômicos alienígenas; a idéia de se manter esses grupos intocáveis pela sociedade nacional envolvente, como se estivessem em estufas, não resiste a nenhuma crítica de caráter indigenista, porquanto os artificialismos das relações só são admissíveis como medida temporária, meramente tática para defendê-los enquanto passíveis de destruição pela força ou por enfermidades até então deles desconhecidas. A segunda reflexão - que se segue a esta - prende-se à constatação de que a proximidade de um mercado forte e aglutinante, seja ele mercado destinado à produção tribal, seja mercado de mão-de-obra, constitui fator da maior importância para a elevação do nível de vida da população indígena por ele alcançada. Como se articulam essas duas formas de atividade produtiva e porque a população indígena tem de recorrer, à venda de sua força de trabalho em lugar de comercializar os bens que produz em suas terras ou que pode produzir?

ORGANIZAÇÃO E POSSIBILIDADES DA ECONOMIA TRIBAL

A economia tribal, especificamente aquela que não esteja limitada à mera subsistência e que, portanto, se destina à produção para o mercado, está submetida a um regime de "patronato". Esteja ela organizada em base agrícola, extrativa ou pastoril, a direção está nas mãos do Encarregado do Posto Indígena e as rendas auferidas são contabilizadas em nome do Serviço de Pro

teção aos Índios, sob o título de Renda Indígena. Essa renda é constituída da venda de gado, madeira, borracha, e diferentes culturas como o milho e o arroz, etc., canalizada dos Postos Indígenas às Inspetorias Regionais e, destas, à Diretoria Central, em Brasília. Sua redistribuição é feita segundo critérios os mais variados: pode retribuir (e isso parcialmente) ao Posto que a produziu; pode ser aplicada em Postos Indígenas que nada produziram; pode, ainda, financiar serviços administrativos ou técnicos nos Postos e nas Inspetorias Regionais (localizadas, em regra, em capitais de Estado, ou Territórios) ou na Diretoria. De um lado, isso significa que a "ação indigenista" pretende ser autofinanciável num visível escamoteamento de suas finalidades assistenciais e que resulta ser uma modalidade refinada de colonialismo interno: a cobrança indireta de taxas ou impostos pela transformação, do trabalho indígena ou de seu patrimônio econômico nos agentes financiadores das práticas assistenciais e protetoras... De outro lado, estando a destinação dessa Renda programada para o conjunto da população indígena, teoricamente de conformidade com as necessidades específicas de cada grupo silvícola em particular, isso representa uma sobrecarga injusta que recai exatamente naqueles grupos ou territórios tribais que maior produção lograram alcançar. Resulta em que grupos que nada produziram para o mercado poderão participar dessa renda, ao mesmo tempo que grupos que se constituíram nos principais produtores de bens comerciáveis podem ou nada receber, ou apenas receber uma pequena parte do que efetivamente produziram. As consequências disso em termos de incentivo de produção são - como seria de se esperar - as mais negativas possíveis. Os grupos Kaingang dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, por exemplo, que contribuem com o maior percentual da Renda Indígena, auferem somente uma parcela da venda de sua produção de milho e trigo, de lucro certo no mercado regional.

Por outro lado - e como resulta do da instituição da Renda Indígena - esses Postos, e os demais do território brasileiro, estão organizados ou tendem a se organizar em for

ma de empresa. Numa tal organização, os índios não são donos de sua produção, pois esta é comercializada pelo Posto Indígena, cujo objetivo essencial não é, seguramente, o bem-estar da Comunidade Silvícola sob sua supervisão, mas o incremento de uma produção destinada a ampliar a Renda Indígena, em seu conjunto. Por outro lado, essa "empresa" tem um caráter sui generis, uma vez que a racionalização inerente à organização empresarial não é levada às últimas consequências: os índios não têm status nem de pequenos acionistas da empresa (considerando-se que deles é a terra e os recursos naturais), nem de assalariados. Embora alguns Postos Indígenas se acreditem cooperativas, tal não se dá a rigor, pois se de um lado os índios remuneram seu trabalho à base de uma retirada em mercadorias no próprio Posto, de conformidade com o crédito que cada indivíduo ou grupo familiar tem disponível, de outro lado eles não participam em nenhum grau nas esferas de decisão relativas à organização de sua economia e na promoção de seu desenvolvimento.

A inexistência de participação indígena nessas esferas é consistente com as relações de tipo patrão-empregado que têm lugar entre encarregados de Postos Indígenas e índios. Esse tipo de relações, corrente em grande faixa do mundo rural brasileiro, marca a economia do Posto de modo à quase na diferenciá-la das fazendas ou empresas regionais. O fato de os encarregados de Posto serem indivíduos recrutados da sociedade rural torna mais fácil a transferência para as reservas, indígenas, dos padrões de relacionamento humano, inerentes ao processo produtivo regional. Sobretudo quando se considera que o funcionário do Governo não se despoja inteiramente de seus estereótipos e de sua atitude discriminatória frente ao silvícola. Tudo isso concorre para o estabelecimento de relações de forma alguma ideal para o índio integrado em economia que em lugar de estarem voltadas para os interesses de seu próprio grupo tribal, estão orientadas para a satisfação de uma política indigenista - a meu ver - de validade discutível. A opção - quando isso é possível - em trabalhar fora de suas terras, em empresas ou empreendimentos regionais surge na

turalmente, sobretudo quando a modalidade de retribuição de seu trabalho é a moeda. Isso explica a preferência que, em sua maioria, os grupos indígenas manifestam para trabalhar em terras alheias sempre que desejem suplementar sua economia de subsistência.-

Na medida em que diferenciarmos a economia tribal da economia do Posto Indígena, verificaremos que as possibilidades das primeiras estão em função das da segunda, isto é, sempre que os postos indígenas não se organizarem em empresas, as economias tribais terão melhores condições de se constituírem de modo independente, ainda que permaneçam no nível de subsistência, apenas complementadas pela labor migration. Esta forma de organização de economia tribal, por outro lado, parecer-se a mais corrente entre os grupos silvícolas do Brasil, pois abrange a quase totalidade dos grupos inseridos em sistemas interétnicos. Mesmo quando o trabalho indígena tende a ser absorvido pelo Posto Indígena - montado tal como uma empresa - é como ocorrer paralelamente (se bem que em menor grau), a migração para o trabalho, principalmente quando a economia do Posto tem caráter sazonal ou quando a empresa está fracamente organizada. Por isso, quando falamos em organização da economia indígena e de suas possibilidades temos de levar em conta todos esses fatos. Provavelmente o governo federal - até recentemente através do Serviço de Proteção aos Índios, e, agora, por meio da Fundação Nacional do Índio, instituída em 5 de dezembro de 1967 - continuará a estimar o crescimento econômico dos grupos silvícolas tendo por base a contribuição à Renda Indígena. Todos os Boletins e Relatórios do então Serviço de Proteção aos Índios são fonte de dados dessa natureza, muitas vezes aproveitados por publicações internacionais como as do Escritório Internacional do Trabalho. Mas, pelo exposto, há de se concordar que os índices de crescimento econômico postos à disposição do analista não exprimem verdadeiramente a economia tribal, na forma pela qual deve ser entendida: como sistema de produção e consumo de bens destinados à subsistência em níveis que excluem períodos de penúria, tanto quanto ao proporcionamento de prestígio social.

C O N C L U S Ã O

A natureza doméstica das economias tribais, as contradições da organização empresarial patronal dos Postos Indígenas e a qualificação do trabalho aborígine no âmbito da sociedade regional devem ser tomadas como os parâmetros do desenvolvimento dos grupos silvícolas no Brasil. A concorrência das economias tribais nos mercados regionais sempre fracassará enquanto não receberem apoio governamental, que se configure mediante financiamentos de suas diferentes modalidades de produção extrativa, agrícola ou pastoril). Mais do que fornecedor de implementos agrários, o Governo deve assegurar ao trabalhador indígena condições para se dedicar a atividades produtivas em suas próprias terras, bem como a auxiliá-lo a comercializar o excedente de sua produção, sempre que este ocorra. Mesmo a transformação de sua produção de subsistência para uma produção de mercado, se bem que sempre que possível possa ser incentivada, não deve se constituir no objetivo precípua da assistência governamental: esta deve partir da admissão de que a economia de subsistência é uma forma válida de atividade produtiva e que não pode ser confundida por si só com "subdesenvolvimento".

Na proporção em que os sistemas interétnicos estejam mais integrados, o que equivale dizer as sociedades indígenas (e não apenas as economias), mais dependentes da sociedade nacional, os grupos tenderão a se organizar mais "para fora" e suas economias a se estruturar para o mercado, independentemente da ação indigenista. A solução do problema estará na formulação de uma política indigenista mais racional, sensível à peculiaridade de contato interétnico e à variedade de culturas tribais, capaz de reconhecer como ilusório a aplicabilidade de uma ideologia empresarial. Não obstante, dado o evidente comprometimento com essa ideologia da política indigenista, vigente, o regime empresarial patronal se impõe a nossa consideração como uma realidade marcante e condicionadora do desenvolvimento dos silvícolas, ainda que - a nosso ver - seja atualmente um dos maiores entraves para o progresso dessas populações.

Finalmente, como terceira realidade de indispensável exame cada vez que se proponha a questão do desenvolvimento dos grupos silvícolas, está a receptividade da mão-de-obra indígena na economia nacional, em seus segmentos regionais. Essa receptividade, será tanto maior quanto mais numerosos forem os setores econômicos suscetíveis de aproveitamento do trabalho indígena; a variedade de setores criará oportunidades de aperfeiçoamento da mão-de-obra, o que redundará na sua valorização, pois como foi dito, é pelo trabalho externo - notadamente em sua forma de labor migration - que o índio assegura a complementação de sua subsistência e amplia de modo significativo a sua margem de autonomia relativamente ao Posto Indígena, constituído em empresa/patronal. É nessa ordem de considerações que podemos dizer que o desenvolvimento econômico regional, acompanhado da quebra das estruturas arcaicas inerentes à sociedade brasileira tradicional, poderá contribuir de modo positivo para o desenvolvimento dos grupos silvícolas do Brasil, em sua atual conjuntura indigenista.

— X —